

# ERROS NO RELATÓRIO

## **Magalhães inocenta Tajra e cai o número de parlamentares a ser investigado**

A cópia do relatório final da CPI do Orçamento que foi entregue ontem ao presidente do Congresso, senador Humberto Lucena (PMDB-PA), contém uma alteração que reduz de 13 para 12 o número de parlamentares que serão investigados por uma comissão especial. Três dias depois de encerrada a CPI, o relator, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), incluiu na lista dos inocentes o nome do deputado Jesus Tajra (PFL). Já durante a leitura do relatório, sexta-feira passada, Magalhães retirou o nome do deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA) da lista dos cassados e remeteu-o ao dos investigados.

Magalhães não soube explicar

por que o nome de Tajra apareceu, na versão do relatório divulgada na semana passada, entre os parlamentares investigados. "Saiu errado no computador, não sei como", disse Magalhães. Ontem, ele escreveu uma carta a Tajra reiterando que no seu parecer concluiu pela isenção de responsabilidade, "mas, surpreendentemente, a versão impressa conclui pela continuidade das investigações em relação a seu nome". Na carta, Magalhães revelou que deixou o texto como estava para não criar problemas no final da CPI, pois um destaque na votação poderia fazer com que outros parlamentares mantivessem a disposição de lutar para livrar o nome de cole-

gas. Este era o caso do senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), que havia apresentado destaque tirando o nome do deputado Carlos Benevides (PMDB-CE) da relação dos que seriam incluídos entre os que deveriam ser cassados.

Magalhães não quis apontar responsáveis pelo erro. No caso do deputado José Carlos Aleluia, cujas contas bancárias "desapareceram" dos documentos finais, Magalhães chegou a levantar suspeitas da Subcomissão de Bancos. "Alguém subtraiu esses documentos na própria subcomissão", comentou. A subcomissão foi coordenada pelo deputado Benito Gama (PFL-BA), correligionário de Aleluia.